



Os senhores de Cabreira e Ribeira: um estudo sobre a sua origem e transcendência peninsular (séculos XII-XIV)

Autor(es): Calderón Medina, Inés; Ferreira, João Paulo Martins

Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/33463>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_44_6

Accessed : 11-Jul-2023 18:06:38

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



44

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2013

Os Senhores de Cabreira e Ribeira: Um Estudo sobre a sua Origem e Transcendência Peninsular (Séculos XII-XIV)

Inés Calderón Medina*

Universitat de les Illes Balears
inescalderon1@hotmail.com

João Paulo Martins Ferreira**

CEPESE – Universidade do Porto
jpmferreira82@gmail.com

Resumo:

As origens familiares dos senhores de Cabreira e Ribeira ainda são um verdadeiro enigma para a historiografia e genealogia portuguesa, na medida em que não se conseguiu, até hoje, identificar correctamente a identidade do Conde Osório de Cabreira e Ribeira e de sua esposa. Este facto constitui um entrave ao conhecimento de todas as causas da ascensão social deste grupo familiar entre as fileiras da nobreza do ocidente peninsular. Por isso, neste artigo tentaremos desvendar as suas personalidades, entender as causas da implantação da sua descendência em Portugal e, ao mesmo tempo, a forma como as suas origens condicionaram a sua evolução e ascensão social.

Palavras chave:

Cabreira e Ribeira; Flaínez-Osorio; Osorio Martínez; Afonso VI; Infanta Elvira; Teresa Fernández; Monio Osorez; Paio Moniz da Ribeira; Maria Pais da Ribeira.

Abstract:

The family origins of the lords of Cabreira e Ribeira are still a true enigma for the portuguese historiography and genealogy, in the sense that, till today, they have not yet been able to identify correctly the identity of the Count Osório of Cabreira e Ribeira and of his wife. This fact constitutes a barrier towards the knowledge of all the causes of the social climb of this family group within the ranks of the nobility of the western realms of the peninsula. Therefore, we will try in this article to reveal their personalities, to understand the causes of the penetration of their descendants in Portugal and, at the same time, to analyze the form in which their origins conditioned their evolution and social ascension.

Keywords:

Cabreira e Ribeira; Flaínez-Osorio; Osorio Martínez; Afonso VI; Infanta Elvira; Teresa Fernández; Monio Osorez; Paio Moniz da Ribeira; Maria Pais da Ribeira.

* Este trabalho faz parte do projecto coordenado de investigação “Los espacios del poder regio ca. 1050-1385. Procesos políticos y representaciones. Subprojecto I: espacios, territorios y percepciones del reino. León y Castilla” (HAR2010-21725-C03-01).

** Bolseiro de doutoramento da *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* – referência SFRH/BD/70460/2010.

*A Pascual Martínez Sopena e
José Augusto de Sottomayor-Pizarro*

1. Introdução

“Este conde dom Osoiro foi natural de Cabreira e de Ribeira, donde som os condes de Cabreira e de Trastamar, e veo a pobrar a Portugal, e casou com dona _, e fez em ela Moniho Osorez”¹.

Esta breve referência ao progenitor da linhagem portuguesa dos senhores de Cabreira e Ribeira, presente no título LIII do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, contrasta com a grande dimensão da incógnita que gerou, até aos nossos dias, na historiografia dedicada à nobreza medieval.

Estabelecer a identidade e a origem deste Osório de Cabreira e Ribeira, bem como a da sua desconhecida esposa, permitiria conhecer melhor o comportamento da nobreza durante o período de nascimento de Portugal e explicar as causas da destacada posição social atingida pela sua família neste reino, as quais, apesar de já terem sido intuídas por vários investigadores, nunca puderam ser determinadas com total exactidão. Este é o duplo propósito deste estudo.

Dada a importância que as informações aportadas pelo Conde D. Pedro foram ganhando ao longo dos tempos, é necessário examiná-las detalhadamente. Em primeiro lugar temos de destacar que, apesar de não se conhecer o nome da sua mulher, é referido que este Conde Osório foi pai de Monio Osorez de Cabreira e Ribeira, o marido escassamente documentado de Boa Nunes de Grijó, provavelmente a única herdeira de Nuno Soares de Grijó – protector do importante cenóbio agostinho de S. Salvador de Grijó, situado junto à cidade do Porto. Desse casal procedem os senhores da Ribeira, que analisaremos mais tarde².

¹ LL53A1. A partir de agora utilizaremos a seguinte abreviatura para nos referirmos ao livro de linhagens: LL (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*) – in *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*. Volume II/1-2 – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (Ed. crítica por José Mattoso), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

² José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e Estrutura da Família Nobre – Séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Ed. Carvalhos de Basto, 1995 (Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada na FLUP em 1987); Idem, *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, CEGHFF,

Em segundo lugar, devemos assinalar que a caracterização de Osório possui uma forma bastante linear, própria da descrição de um personagem que, apesar da distância temporal que separa a sua morte do período de redacção desta obra, seria relativamente conhecido na cronologia em que esta foi escrita. Ao analisarmos este parágrafo deparamo-nos com um Conde de nome Osório, originário de um território composto por dois espaços distintos (Cabreira e Ribeira), de onde provinham os apelidos portugueses da sua família e onde estariam, e talvez continuassem a estar implantadas, duas famílias condais distintas com ele aparentadas: os Condes de Cabreira e de Trastâmara. Para rematar, o autor do nobiliário enuncia a origem forânea do dito Conde e identifica a sua descendência masculina estabelecida em Portugal.

Se atendermos à cronologia de Nuno Soares de Grijó, da sua filha Boa Nunes e do seu marido Monio Osorez, e da descendência de ambos, concluímos estar perante um Conde Osório, originário da Galiza ou de um espaço castelhano-leonês, cuja vida activa se terá desenrolado na primeira metade do século XII.

A incerteza sobre a origem de Osório acaba por se dissipar se analisarmos atentamente a procedência dos seus apelidos familiares. Apesar de existirem bastantes topónimos relacionados com Cabreira ou Ribeira no território galego, verificamos que nenhum deles surge associado ou combinado entre si, não existindo, por isso, qualquer possibilidade de que se tenham estruturado como um domínio senhorial integrado de carácter familiar³. No entanto, não acontece o mesmo no reino de Leão, onde as terras de Cabrera y Ribera surgem, desde cedo, como domínios e tenências complementares, chegando a constituir no século XIV um único senhorio hereditário⁴.

1999, vol. II, p. 221-256 (Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada na FLUP em 1997). Entre os vários contributos apresentados por outros autores podemos referir José Mattoso, *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*. Volume I – *Oposição*, 5ª Edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 184-185).

³ Podem-se encontrar, na toponímia galega actual e medieval, lugares como: São Miguel da Cabreira (Salvaterra do Minho, Pontevedra); os concelhos de Ribeira (A Coruña) e San Martín da Ribeira (Lugo); paróquias como Santa Mariña da Ribeira (Pontevedra); territórios como a Ribeira Sacra; ou o castelo de San Salvador de Cabreiroá (Verín, Ourense), que terá sido conquistado em meados da década de 1160 pelos portugueses e que, após a retirada das forças lusas, viria a recair nas mãos de Fernando Ponce. No entanto, nenhum destes inúmeros lugares se concentrou num único senhorio jurisdicional que tenha sido denominado como de Cabreira e Ribeira, nem sequer Cabreiroá, que surge apenas como *castellum* ou terra de *Capraria*.

⁴ Para uma boa caracterização desta comarca medieval leonesa leia-se Augusto Quintana Prieto, “La Infanta Doña Elvira, Hija de Alfonso VI y de Jimena Muñiz”, in *Temas Bercianos*. Tomo III – *Otros Estudios sobre el Bierzo*, Ponferrada, Editorial Bergida, 1984, p. 348-353 e 373-378.

A existência deste domínio hereditário constitui a pista mais reveladora até agora enunciada. O Conde D. Pedro de Barcelos foi contemporâneo de Álvaro Núñez Osorio, Conde de Trastámara, Lemos e Sarria, senhor de Cabrera y Ribera⁵, com quem poderá ter convivido durante a sua estadia em Castela e de quem conhecia particularmente bem a descendência: Urraca Álvarez Osorio, esposa de Juan Alonso de Guzmán⁶. Através de uma carta de privilégio de João I de Castela, datada de 5 de Outubro de 1388, o seu sobrinho-neto, Pedro Álvarez Osorio (II), *el bueno*, foi reconhecido como legítimo senhor deste território e sua linha familiar, de quem procedem os Condes de Lemos, como seus detentores hereditários⁷. Quanto ao condado de Trastámara, ficaria em mãos de Pedro Álvarez Osorio (III), bisneto do seu sobrinho Pedro Álvarez Osorio (I), mediante uma mercê de João II de Castela, de 4 de Fevereiro de 1445⁸.

No fundo, o autor do texto genealógico limitou-se a identificar o Conde Osório de Cabreira e Ribeira, pai de Monio Osorez, antepassado comum dos Osorio leoneses, seus contemporâneos, e dos senhores da Ribeira portugueses.

Sendo assim, acreditamos que este Conde Osório apenas pode ser o Conde Osorio Martínez, filho de Martín Flaínez e de Sancha Fernández, descendente de Flaín Ectaz e do seu filho Munio Flaínez, patriarcas dos Flaínez de Leão. Deste poderoso magnate leonês do século XII descendem todos os ramos dos Osorio do espaço castelhano-leonês: os senhores de Villalobos, os Condes de Trastámara e Marqueses de Astorga, os senhores de Cabrera y Ribera e os Condes de Lemos. A ser correcta a nossa proposta, dele descenderiam também as famílias de fidalgos portugueses da Ribeira, Vasconcelos, Alvelo, Machado e Berredo.

2. Espaço e História

2.1. As Terras de Cabrera y Ribera

As tenências de Cabrera y Ribera aparecem referidas pela primeira vez na documentação leonesa em 1092, em mãos de Pedro Muñiz⁹, irmão de Jimena

⁵ Veja-se a reconstituição genealógica de Jaime de Salazar y Acha, “Los Osorio: Un Linaje de Más de Mil Años al Servicio de la Corona”, in *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía*, vol. IV (1996-1997), p. 143-182.

⁶ LL55S8.

⁷ Jaime de Salazar y Acha, “Los Osorio (...)”, p. 162.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 165-166.

⁹ Seguiremos as listas de tenentes de Cabrera e de Ribera apresentadas por Margarita Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios de León y Castilla (Siglos IX-XIII)*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1999, p. 472-473 e 475-477.

Muñiz, a concubina de Afonso VI e mãe de suas filhas, as Infantas Teresa e Elvira. Esta vinculação surgiu devido à sua proximidade geográfica em relação aos domínios familiares de Jimena, associada à vontade deste rei em dotar a sua descendência com um importante senhorio no Bierzo. Assim, anos depois, seria a própria Infanta Elvira, e sua família, quem assumiria o governo de um dos territórios ou, em algumas ocasiões, como em 1133, de ambos¹⁰.

Dona Elvira casou em primeiras núpcias com Raymond de Saint-Gilles, Conde de Toulouse, e posteriormente com Fernando Fernández de Toro¹¹. Deste segundo matrimónio procede Teresa Fernández, esposa de Osorio Martínez. Portanto, não é de estranhar a forte presença na região da descendência deste casal, nem dos próprios parentes colaterais do Conde Osorio, como Ramiro Froilaz, que em 1126 e 1129 teve a tenência de Cabrera¹². Até 1230 esta seria dominada pela família do Conde Ponce de Cabrera, pois também a governou seu genro Vela Gutiérrez e vários dos seus netos¹³.

Apesar de alguns interregnos relativamente longos, a tenência de Ribeira demonstra uma maior vinculação à Infanta Elvira e sua descendência. Esta filha de Afonso VI aparece como tenente de Ribeira em 1123, 1126, 1130,

¹⁰ A Infanta Elvira surge primeiramente como tenente de Ribeira (já em 1123), tendo assumido estas funções nos anos subsequentes. A agregação das duas terras sob a sua alçada pode ser provada documentalmente apenas em 1133. Porém, é bastante provável que em muitos dos casos em que surge identificada como governante de uma ou de outra terra, se esteja a aludir a um domínio global da comarca natural (Cabrera y Ribeira), e não apenas a um dos espaços.

¹¹ Apesar de uma falta de consenso inicial sobre a identificação do segundo marido da Infanta Elvira – vejam-se as propostas avançadas por Sánchez-Pagín e por Quintana Prieto: Fernando Pérez de Trava e Fernando Rodríguez de Malgrat, respectivamente (cfr. José María Canal Sánchez-Pagín, “La Infanta Doña Elvira, Hija de Alfonso VI y de Gimena Muñoz, a la Luz de los Diplomas”, in *Archivos Leoneses*, XXXIII (1979), p. 275-276; e Augusto Quintana Prieto, “La Infanta Doña Elvira (...)”, p. 342-348) –, acreditamos que existe hoje uma opinião generalizada entre os especialistas de que, tal como sugerem C.J. Bishko ou Simon Barton (Charles Julian Bishko, “The Cluniac Priors of Galicia and Portugal: Their Acquisition and Administration, 1075-c.1230”, in *Spanish and Portuguese Monastic History, 600-1300*, Londres, Variorum Reprints, 1984, p. 324-326; Simon Barton, *The Aristocracy in Twelfth-Century León and Castile*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 236-237), este seria de facto o enigmático Conde Fernando Fernández de Toro. Sobre este tema, leia-se ainda a esclarecedora nota que Pascual Martínez Sopena lhe dedicou em “El Conde Rodrigo de León y los Suyos: Herencia y Expectativa del Poder entre los Siglos X y XII”, in Reyna Pastor de Togneri (Comp.), *Relaciones de Poder, de Producción y Parentesco en la Edad Media y Moderna: Aproximación a su Estudio*, Madrid, CSIC, 1990, p. 75 – nota 67.

¹² Ramiro Froilaz surge em 1126 a governar Cabreira e depois, durante 1129, partilhará este cargo com Vela Gutiérrez, sem que depois volte a reaparecer nele (Margarita Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios* (...), p. 472).

¹³ Idem, *ibidem*, p. 472-473.

1133, 1137, 1143, 1149, 1150, 1153 e 1156; posteriormente seriam os seus netos, filhos de Osorio Martínez e Teresa Fernández, a governá-la em 1162, 1182 e 1188. Gonzalo Osorio governá-la-á sozinho em 1176 e 1179; enquanto, em outras ocasiões, os filhos de Teresa Fernández partilhariam o seu governo com Fernando Gutiérrez e Fernando Pérez¹⁴.

A primazia de Gonzalo Osorio sobre os seus irmãos neste espaço ganha uma enorme importância no contexto do nosso estudo, na medida em que a sua descendência conseguirá mantê-la e fortalecê-la até ao século XIV, altura em que se converterá num senhorio hereditário.

Assim se compreende a importância da adopção permanente do apelido composto de Cabreira e Ribeira, ou da Ribeira, entre os descendentes de Monio Osorez, pois, para além de vinculá-los a Osorio Martínez e Teresa Fernández, aparentava-os com a Infanta Elvira, Dona Teresa e Afonso VI.

2.2. A Tradição Genealógica e Historiográfica

Antes de analisar as origens deste grupo familiar, é necessário resumir a tradição historiográfica e genealógica construída em torno delas até aos nossos dias e enunciar os seus principais erros interpretativos.

O emaranhado de equívocos que envolve esta parentela começou a ser urdido pelo próprio Conde D. Pedro, que em várias passagens do seu nobiliário menciona um outro Conde de Cabreira, Rodrigo *o Veloso*, para transmitir a ideia da existência de um parentesco entre vários grupos familiares.

A homonímia deste com o Conde Rodrigo Pérez *Veloso*, filho de Pedro Froilaz de Traba, conjuntamente com a observação, anteriormente enunciada, sobre a origem comum dos Condes de Cabreira e de Trastâmara, contribuiu para a integração destes no rol de famílias pertencentes à aristocracia galego-portuguesa. Esta interpretação foi reforçada pela orientação galega ou, pelo menos, fronteiriça dos matrimónios e relações sociais de alguns dos da Ribeira¹⁵.

Na nossa opinião, a menção a este Rodrigo Veloso, Conde de Cabreira, resulta de uma mescla distorcida de informações sobre vários Rodrigues, familiar e temporalmente próximos, numa única figura. Assim, podem ter sido fundidos

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 475-476.

¹⁵ Tal como José Mattoso, tomemos apenas como exemplo a relação estabelecida pelos Cabreira e Ribeira com os Lima, através do matrimónio de Maria Pais da Ribeira com D. Juan Fernández de Limia (I), ou o facto de o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* aludir explicitamente ao seu património familiar nas terras nortenhas de Lanhoso, Riba Cávado e Berredo – José Mattoso, *Identificação* (...), p. 184-185.

dados sobre: o Conde Rodrigo Martínez, poderoso irmão do Conde Osorio; o seu sobrinho Rodrigo Osorio; o seu sobrinho-neto Rodrigo Pérez de Villalobos; e Rodrigo Pérez de Traba, o *Veloso*.

Para além disso, o *Livro de Linhagens* aumenta ainda mais este complexo erro interpretativo, ao introduzir na ascendência de Rodrigo Fernández de Valduerna¹⁶ a mítica figura de um primitivo Conde de Cabreira, de nome Veloso, e seu filho Rodrigo Veloso¹⁷. Apesar de tudo, esta referência mítica poderá estar baseada numa tradição familiar, que pretendia legitimar o poder que Rodrigo Fernández de Valduerna exerceu nesta região durante os reinados de Afonso IX e Fernando III, através da sua ascendência e não pelo beneplácito régio ou pela procedência familiar da sua esposa¹⁸.

Este padrão repete-se no título XVIII do nobiliário onde, ao explicar-se a ascendência masculina de Gil Manrique de Manzanedo, marido de Teresa Fernández – filha de Fernando González, neta de Gonzalo Osorio e bisneta de Osorio Martínez – e progenitor da segunda sequência de senhores de Villalobos, se introduz novamente um Conde Rodrigo Veloso¹⁹.

Estas abundantes aparições de Condes Rodrigo Veloso pretenderiam, de uma forma errónea e sub-reptícia, consolidar a coesão interna dos textos genealógicos sobre os Flaínez-Osorio-Villalobos-Ribeira e seus parentes colaterais e fazer radicar o seu poder na influência comum que detinham sobre as terras de Cabrera y Ribera, olvidando-se constantemente da homonímia com Rodrigo Pérez de Traba. Outro problema relevante, que apesar de tudo não teve grande

¹⁶ Rodrigo Fernández, *el feo*, utilizou, ao longo da sua vida pública, três apelidos inspirados nas suas tenências: Valduerna, Cabrera e Tiedra – Consolación Cavero Domínguez, “Rodrigo Fernández, Tenente de Astorga (1212-1245)”, in *Astórica. Revista de Estudios, Documentación, Creación y Divulgación de Temas Astorganos*, Ano 4 – nº 4 (1986), p. 108-109.

¹⁷ As origens da família de Rodrigo Fernández de Valduerna encontram-se narradas em LL12A.

¹⁸ Não devemos descurar a possibilidade de que a família de Rodrigo Fernández de Valduerna possa ter sido originária de Cabrera y Ribera e que este factor tenha contribuído para a sua nomeação como tenente da região. No entanto, parece-nos que a passagem do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* a que antes aludimos, profundamente vinculada pela força da comparável fealdade atribuída a este mítico Conde Veloso e pelos fidalgos leoneses do século XIII ao nosso *feo*, parece ter como único propósito atribuir à ascendência de Rodrigo Fernández o mesmo peso social que o dos ascendentes maternos da prole de Osorio Martínez, seus rivais na disputa pelo domínio sobre Cabrera y Ribera. Ou seja, ao ser descrito como descendente de um ramo – mesmo que algo torpe – da monarquia leonesa, Rodrigo Fernández estaria a comparar-se aos Osorio, que descendiam de Teresa Fernández e da Infanta Elvira, ela própria uma bastarda régia.

¹⁹ LL18A2.

expressão na historiografia portuguesa e espanhola, seria a possível confusão entre os Cabrera catalães e os senhores de Cabreira e Ribeira portugueses²⁰.

Para além de partilharem o mesmo apelido, a influência destes dois grupos familiares – no caso dos segundos, através da Infanta Elvira e dos Osorio de Leão – foi extremamente forte na terra de Cabrera. Tudo indica que a concessão desta tenência aos descendentes de Jimena Muñiz foi interrompida pela chegada de Ponce de Cabrera, que a partir de 1138 se converteu no seu tenente e a conseguiu transmitir posteriormente a outros membros da sua parentela²¹. No fundo, e aos olhos de muitos investigadores, a combinação entre a homonímia e a coincidência na origem geográfica poderiam levar à conclusão de que os de Cabreira e Ribeira seriam um ramo dos Cabrera catalães.

Por outro lado, a homonímia entre as famílias portuguesas Ribeiro e da Ribeira e a tese da sua ascendência galega condicionaram, em grande medida, o processo de reconstrução e análise desta parentela. Todos os genealogistas posteriores ao Conde D. Pedro seguiram a tradição de que os Ribeiro eram um ramo proveniente dos senhores de Cabreira e Ribeira. Esta associação foi feita através de Nuno Pais Ribeiro, um possível irmão da *Ribeirinha*. Para além disso, os nobiliários empregaram, na geração de Afonso Pires Ribeiro, os apelidos Ribeiro e Ribeira de uma forma indiferenciada, aumentando assim a confusão já existente. José Augusto de Sottomayor-Pizarro foi um dos autores

²⁰ Um dos exemplos mais sonantes deste tipo de erro foi cometido por José Mattoso, *Identificação* (...), p. 184. Em primeiro lugar, e como temos vindo a provar, a associação de Rodrigo Peres Veloso a esta família não é mais do que um erro interpretativo, que se associou ao facto de alguns dos tenentes de Cabrera, como Rodrigo Fernández de Valduerna, terem utilizado o apelido Cabrera ou, como o Conde Osorio, terem sido descritos com recurso a ele. Portanto, nenhuma relação directa existe entre o Conde Osório de Cabreira e Ribeira (Osorio Martínez), Rodrigo Fernández de Valduerna (descendente do mítico Conde Rodrigo Veloso) e Ponce de Cabrera, para além do facto de terem governado ou pertencerem a famílias que governaram a comarca leonesa de Cabrera y Ribera. Em segundo lugar, a vinculação dos Cabrera catalães à corte portuguesa não pode ser explicada através de uma possível relação com os de Cabreira e Ribeira, na medida em que, como referiu o próprio José Mattoso – cfr. “A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa: A Identidade e a Diferença”, in *Obras Completas*. Volume VIII – *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 137 –, Pedro Ponce viu-se na situação de vassalo do rei de Portugal pela ligação que tinha à rainha Dona Teresa, filha de Sancho I e ex-mulher de Afonso IX, que estava por aqueles anos em pleno processo de dissolução matrimonial. Por outro lado, o seu filho Fernando Pérez resulta do seu casamento com Aldonza Alfonso de Leão, filha de Afonso IX de Leão e de Aldonça Martins da Silva, não sendo por isso de estranhar as suas aparições em Portugal. Para terminar, a relação estabelecida por muitos autores entre os senhores de Cabrera catalães e a Galiza pode ter surgido do facto de Fernando Ponce se ter tornado tenente do castelo orensano de Cabreiroá.

²¹ Margarita Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios* (...), p. 472-473.

que mais recentemente, no seu trabalho dedicado aos patronos do mosteiro de Grijó, avançou sem reticências a favor deste suposto parentesco entre as duas famílias, vinculando-as às terras de Gaia e Santa Maria da Feira.

Anos mais tarde, Sottomayor-Pizarro corrigir-se-ia e esclareceria as suas origens e o tipo de relação existente entre os Ribeiro e os da Ribeira, destacando de uma forma clara a origem dos primeiros nos Guedões, e deslindando as raízes do seu parentesco com os segundos, assim como a sua aparição em terras mais afastadas de Trás-os-Montes²². Para este autor, como para muitos outros investigadores portugueses, a origem galega dos de Cabreira e Ribeira era inquestionável. Tratar-se-ia de uma das várias famílias galegas implicadas no processo de construção política e territorial de Portugal.

Porém, devemos esclarecer que o mesmo autor, revelando um enorme e positivo espírito crítico em relação ao seu trabalho anterior, também avançou uma interpretação mais correcta sobre a penetração desta família em Portugal²³. Sem atribuir um território de origem ao pai de Monio Osorez e aproveitando as informações do *Livro de Linhagens*, que apontam para uma naturalidade dos seus descendentes na zona de Lanhoso, junto ao rio Cávado e a Berredo, aventou que o Conde Osório poderia ter chegado a Portugal para casar com uma senhora (talvez da região de Lanhoso) e depois ter concertado um matrimónio para seu filho com uma rica herdeira da fronteira meridional. A combinação das duas heranças, no Entre Cávado e Ave e nas terras de Gaia e Santa Maria da Feira, justificariam uma implantação díspar dos seus descendentes. Segundo este autor, as famílias de Martim Moniz e de Maria Moniz receberam os territórios mais nortenhos, enquanto que a Paio Moniz, possível primogénito desta geração e herdeiro político de seu pai, foram entregues os bens na zona de influência dos senhores de Grijó.

Neste segmento, a incerteza expressa por Sottomayor-Pizarro sobre a origem do Conde Osório coloca-o, apesar de tudo, mais perto da realidade do que aquelas outras passagens desta obra onde determina uma clara ascendência galega para os da Ribeira. Para além disso, a identificação do motivo da sua implantação em Portugal toma uma especial importância no contexto da nossa investigação, ao deixar entender que pai e filho buscaram em Portugal uma oportunidade de promoção social. Apesar de sabermos que o Conde Osório não casou com uma dama portuguesa, é possível que o rei português lhe tenha doado terras na região de Entre Cávado e Ave e que posteriormente tenham

²² Leia-se José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais (...)*, vol. II, p. 7-11 e 77-117.

²³ Idem, *ibidem*, vol. II, p. 221-223.

sido confiadas a seu filho Monio, convertendo-o assim num alvo ainda mais apetecível para a família de Grijó. Por outro lado, desta teoria transparece a ideia de que existiria no seu território de origem um clima pouco favorável para a sua família, o que é totalmente concordante com a situação de inferioridade vivida por Osorio Martínez em relação ao seu irmão, o Conde Rodrigo, durante as primeiras décadas do século XII. Assim sendo, podemos concluir que esta interpretação foi a que mais se aproximou das origens reais dos senhores de Cabreira e Ribeira. Nas páginas seguintes desenvolveremos a nossa proposta sobre a origem e trajectória desta família.

3. O Parentesco régio: descendentes de Afonso VI

Na realidade, e embora o Conde Osorio Martínez seja uma figura destacada na história da sua família, foi o sangue real de Teresa Fernández que deu uma grande importância social aos seus descendentes, através dele passaram a ter um estreito laço de parentesco com os reis de Leão, Castela e Portugal.

Portanto, a personagem chave desta reconstrução genealógica é a mãe de Teresa, a Infanta Elvira, resultado da relação entre Afonso VI e a nobre berciana Jimena Muñiz, da qual também nasceu outra filha, Dona Teresa, a mãe de Afonso Henriques.

Depois da sua relação concubinária com Jimena Muñiz, o conquistador de Toledo casou com Constança de Borgonha; desta união nasceria a Infanta Urraca, que lhe sucedeu no trono²⁴. Urraca casou em primeiras núpcias com Raimundo de Borgonha, de quem teve o seu sucessor, Afonso VII, que depois da sua morte legaria os reinos que configuravam o seu império aos seus filhos: Sancho III receberia Castela e Fernando II converter-se-ia no novo rei de Leão.

3.1. A Infanta Elvira, filha de Afonso VI e de Jimena Muñiz

A Infanta Elvira é a figura central da família objecto deste estudo já que, segundo a nossa hipótese, daria origem a vários ramos de uma só parentela, que teria grande influência nos reinos de Leão, Castela e Portugal.

²⁴ Veja-se Augusto Quintana Prieto, “Jimena Muñiz, Madre de Doña Teresa de Portugal”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XII, vol. I (1969), p. 223-280; M^a. C. Rodríguez González, “Concubina o Esposa. Reflexiones sobre la Unión de Jimena Muñiz con Alfonso VI”, in *Studia Historica – Historia Medieval*, 25 (2007), p. 143-168.

Elvira terá nascido por volta de 1079 e casou em primeiras núpcias, em 1094, com Raymond IV de Toulouse²⁵, de quem teve Alfonso Jordán²⁶. D. Raymond faleceu em 1105 e Elvira, já viúva, regressou a Leão. Entre 1105 e 1115 não existem notícias sobre a Infanta em Leão ou Toulouse, onde Quintana Prieto sugere que se poderia encontrar; porém, suspeitamos que estaria em Portugal. É certo que em 1115 se regista novamente a sua presença em Leão²⁷ e que em 1117 aparece, pela primeira vez, casada com o Conde Fernando Fernández de Toro. No entanto, pensamos que este matrimónio deve ter sido celebrado anteriormente, já que em 1111 o Conde Fernando aparece na documentação portuguesa como Conde de Lamego²⁸, desaparecendo dela justamente após o falecimento do Conde D. Henrique; o que permite supor que, possivelmente, em 1111 já seria seu cunhado e que a Infanta talvez estivesse com ele. Isto explicaria a sua ausência das fontes leonesas durante quase uma década.

É possível que depois da morte de Afonso VI, em 1109, o Conde Fernando tenha alinhado no partido de Henrique, provavelmente em busca de oportunidades para expandir a sua influência aos territórios portugueses. Contudo, a morte de D. Henrique e a turbulência vivida durante o reinado da sua cunhada Urraca explicam as razões pelas quais Fernando Fernández mudou de estratégia e, a partir de então, se converteu num partidário da rainha de Leão, de forma a defender e conservar o seu património e interesses leoneses, pondo assim fim à sua carreira política na corte lusa.

Desconhecemos os motivos pelos quais o matrimónio entre Fernando e a Infanta se desfez por volta de 1121, altura em que casou com Sancha Gutiérrez. Elvira continuou a ser uma personagem habitual nas cortes da sua meia irmã Urraca e dos seus sobrinhos Afonso VII e Fernando II, pois confirma numerosos diplomas emitidos durante este período²⁹.

²⁵ Este casamento, segundo Quintana Prieto, resulta de uma política matrimonial desenhada por Afonso VI para as suas filhas, que as casou com três condes de origem franca – cfr. Augusto Quintana Prieto, “*La Infanta Doña Elvira (...)*”, p. 292.

²⁶ Augusto Quintana Prieto, “*La Infanta Doña Elvira (...)*”, p. 277-401; José María Canal Sánchez-Pagín, “*La Infanta Doña Elvira (...)*”, p. 271- 288.

²⁷ Augusto Quintana Prieto, “*La Infanta Doña Elvira (...)*”, p. 336.

²⁸ *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios* (Ed. por Rui Pinto de Azevedo), vol. I, tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1961, doc. 24 (9 de Maio de 1111).

²⁹ José Antonio Fernández Flórez, *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, V, León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1994, docs. 1300 e 1302. Em 1186, Fernando II juntamente com o seu filho, o futuro Afonso IX, confirma a doação de Golpejares ao mosteiro de Sahagún, que sua tia, a Infanta Elvira, tinha efectuado em 1149 (Idem, *ibidem*, doc. 1422).

O último documento referente à Infanta Elvira data de Setembro de 1157. É possível que tenha falecido entre esta data e 1159, altura em que a sua filha e o seu genro fizeram uma doação a San Salvador de Zamora, em cumprimento de uma das suas vontades testamentais³⁰. Foi sepultada no mosteiro de Sahagún, junto ao sepulcro do seu pai, Afonso VI.

3.2. Teresa Fernández e seu marido, o Conde Osorio Martínez

Do matrimónio entre Fernando Fernández e Elvira nasceram três filhos: Diego, García e Teresa Fernández. Se tivermos em conta que o casamento entre os seus pais se pode ter materializado entre 1106 e 1111, é provável que Teresa tenha nascido por volta de 1108 e que tenha casado em meados da década de vinte com Osorio Martínez³¹, filho do Conde Martín Flaínez e de Sancha Fernández³².

As notícias sobre a juventude de Osorio são muito escassas³³. O seu enlace vinculou-o às famílias reinantes de Leão e Portugal, o que sem dúvida lhe permitiu aumentar a sua condição social em ambos os espaços. Em 1124, Osorio Martínez ocupou pela primeira vez um cargo público: trata-se da tenência de Melgar, que partilhava com o seu irmão, o Conde Rodrigo³⁴. Em 1129 recebeu a tenência de Malgrat, que até então tinha estado vinculada ao seu sogro, Fernando Fernández³⁵. Este seria um dos cargos que durante mais tempo conservaria, pois manteve-o até 1140.

A carreira política de Osorio descolou com a morte de seu irmão, o Conde Rodrigo, pois o Imperador confiou-lhe as tenências que este tinha ostentado e

³⁰ José Carlos de Lera Maíllo, *Catálogo Documental Medieval de la Catedral de Zamora*, Zamora, Instituto de Estudios Zamoranos “Florián de Ocampo”, Diputación de Zamora, 1999, doc. 65.

³¹ Seu irmão, o Conde Rodrigo Martínez, tinha casado em 1129 com Urraca Fernández, filha de Fernando García de Hita. Situamos o matrimónio de Osorio com Teresa Fernández em torno de 1125, pois consideramos que o casamento entre seus pais deve ter sido celebrado entre 1105, quando faleceu o primeiro marido de sua mãe, e 1111, quando Fernando confirma como Conde de Lamego. É possível que Teresa Fernández tenha nascido por volta destas datas (c. 1108), pelo que em 1123 teria cerca de quinze anos, uma idade adequada para contrair matrimónio com Osorio Martínez, que poderia ter a mesma idade.

³² Sobre o Conde Osorio veja-se Pascual Martínez Sopena, “El Conde Rodrigo de León (...)”; Idem, *Prolis Flaíniz* (inédito); e Simon Barton, *The Aristocracy (...)*, p. 271-272.

³³ Pascual Martínez Sopena, “El Conde Rodrigo de León (...)”, p. 68.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 69.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 75.

concedeu-lhe o título condal em 1138³⁶. No entanto, a sua ascensão foi efémera, já que poucos anos depois perdeu o favor régio e, ao longo da década de quarenta, foi afastado por Afonso VII das tenências que até então tinha governado, para depois entregá-las ao seu parente Ramiro Froilaz. Martínez Sopena assinalou que o confronto com o Imperador terá resultado da reivindicação por parte do Conde Osorio da herança de seu irmão, o Conde Rodrigo Martínez, que tinha falecido sem descendência³⁷.

Parece que o conflito entre o Conde e o Imperador foi grave, pois tudo indica que Osorio Martínez abandonou o reino. Não se regista a sua presença em território leonês entre 1142 e 1146; desaparece da corte e nem sequer pode ser localizado na documentação privada desta cronologia. Porém, confirma dois diplomas emitidos por Afonso Henriques em 1146 e 1147³⁸.

Desconhecem-se numerosos aspectos do confronto vivido entre o Conde Osorio e Afonso VII, mas é certo que se exilou em Portugal durante algum tempo sem que, no entanto, se possa verificar se se tratou, ou não, de um desterro igual ao que anos antes tinha vivido o Conde Gonzalo Peláez³⁹. Este magnate aproveitou as suas relações de amizade com Afonso Henriques para, depois do tratado de Tui de 1137, integrar-se na sua corte. A crónica do Imperador faz referência a este acontecimento da seguinte forma: *praecepit quod statuto die exire de tota terra sua, qui vellet et nollet, regie obediens, obiit in Portugale*⁴⁰. Quase da mesma maneira, afirma-se num diploma de 1147 que foram devolvidas a Osorio Martínez as propriedades que lhe tinham sido confiscadas⁴¹. Todavia, isto não significa que estes exílios tenham tido as mesmas características, já que Osorio regressou a Leão.

O período em que desapareceu de Leão é sumamente importante nas relações deste reino com Portugal, dado que em 1143 se assinou o Tratado de Zamora, onde foi reconhecida a realeza de Afonso Henriques por Afonso VII. A documentação conservada não deixa vislumbrar uma possível relação do nosso Conde com este *colloquium regis* entre os primos de sua esposa, nem o tipo de relação de fidelidade que manteve com eles. As fontes também não destacam o facto de Osorio ter passado para o partido do monarca português,

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 78.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 80.

³⁸ *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*, vol. I, tomo I, docs. 214 e 220.

³⁹ Miguel Ángel Calleja Puerta, “El Nacimiento de la Frontera: el Destierro del Conde Asturiano Gonzalo Peláez”, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, 15/1 (1998), p. 213-228.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 218.

⁴¹ Pascual Martínez Sopena, *Prolis Flañiz*, p. 363.

como tinham feito anos antes com outros nobres, visto que este não foi um personagem habitual na sua corte. Embora não tenhamos muitas informações sobre este período, não parecem existir dúvidas de que o Conde Osorio Martínez, depois do seu conflito com o Imperador, se exilou em Portugal, aproveitando as suas relações familiares. Apesar da sua dignidade condal e do parentesco régio, que o convertia numa personagem destacada no reino que o acolhia, não parece ter ocupado algum dos seus principais cargos políticos ou que se tenha deslocado frequentemente com a sua corte.

O primeiro diploma em que se regista a sua presença em terras portuguesas data de 23 de Maio de 1146. Ele é o único Conde que confirma o documento e fá-lo depois dos Bispos de Braga e do Porto, encabeçando uma lista de confirmantes laicos integralmente portuguesa⁴². O último documento que confirma data de 21 de Janeiro de 1147, sendo novamente o único Conde que o confirma e fá-lo imediatamente depois dos oficiais palatinos de Afonso Henriques⁴³.

Esta aparente facilidade com a qual o Conde Osorio teve acesso ao círculo régio apenas se pode explicar através do parentesco que tinha com Afonso Henriques, já que sua esposa, Teresa Fernández, era sua prima. Por outro lado, o facto de estes documentos terem sido emitidos no norte de Portugal, nas terras das dioceses de Braga e do Porto, indica que, possivelmente, este se encontrava nesta região e que, quando Afonso Henriques passou por este território, o fez chamar à sua presença. Mas por que razão se refugiou nesta região? A questão não é difícil de resolver, visto que nas terras de Santa Maria da Feira e Gaia, próximas do Porto, estava estabelecido um homem chamado Monio Osorez e sua esposa, Boa Nunes de Grijó, que pensamos serem filho e nora de Teresa Fernández e Osorio Martínez.

Parece que depois da querela com Afonso VII o Conde Osorio buscou refúgio na sua casa e que, quando as águas se acalmaram, regressou a Leão, onde se encontra documentado em 1147, ano em que juntamente com a sua mulher deu foral a Villalonso e Benafarces⁴⁴. Neste diploma está presente a frase: *Quando imperator dedit ei suam hereditatem et recepitem*, que Martínez Sopena acredita ser indicativa de que, para além das tenências, lhe tinham sido arrebatadas, pelo menos, uma parte das suas propriedades, as quais lhe foram devolvidas ao ser readmitido no círculo de Afonso VII, primo de sua esposa. Mas as relações do Conde com o poder real leonês nunca foram fáceis,

⁴² *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*, vol. I, tomo I, doc. 214.

⁴³ *Ibidem*, doc. 220.

⁴⁴ Pascual Martínez Sopena, *Prolis Flañiz*, p. 363.

pois com a morte do Imperador exilou-se novamente, desta vez em Castela, onde serviu o seu rei até à sua morte, em 1160⁴⁵.

3.3. Monio Osorez: o filho desconhecido, origem do ramo português

O casamento entre o Conde Osorio Martínez e Teresa Fernández foi frutífero, pois documentam-se, pelo menos, oito filhos em terras leonesas (Aldonza, Gonzalo, Jimena, Elvira, Rodrigo, Sancha, Fernando e Constanza); todavia, consideramos que Monio Osorez era também filho deste casal, talvez o seu primogénito.

A antroponímia vincula-o aos Flaínez: o seu patronímico indica que era filho de um homem chamado Osorio e o seu nome próprio faz parte dos *nomina maiorum* dos Flaínez e remete para Munio Flaínez, filho de Flaín e patriarca desta família, que teve uma vida pública entre 943 e 962.

O nobiliário afirma de uma forma rotunda que Monio Osorez era filho do Conde Osorio e, na primeira metade do século XII, não se regista nenhum outro Osorio com a dignidade condal em Portugal, na Galiza, em Leão, em Castela ou nos restantes reinos peninsulares, pelo que consideramos que não existe qualquer dúvida de que se refere a Osorio Martínez⁴⁶.

Suspeitamos que durante os primeiros anos da década de 1130 um ainda jovem Monio, enfrentado com os problemas colocados pela subalternidade vivida pelo seu pai em relação ao seu tio, o Conde Rodrigo Martínez, tenha emigrado para Portugal em busca de novas oportunidades.

Desconhecemos o momento exacto em que Monio Osorez contraiu matrimónio com Boa Nunes de Grijó, mas sabemos que já estavam casados em 1138. Posteriormente, em 1139, Monio e sua mulher fizeram uma doação ao mosteiro de São Salvador de Grijó, que estava vinculado à família desta⁴⁷. É possível que 1138, ano em que morreu o seu tio, Rodrigo Martínez, e no

⁴⁵ Idem, “El Conde Rodrigo de León (...)”, p. 82. Este autor indica na nota 85 outras referências relativas ao seu regresso a Leão, segundo as quais parece ter-se convertido num elemento destacado nos documentos emitidos por esta altura.

⁴⁶ Sobre esta família veja-se José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais (...)*, vol. II, p. 221 e seguintes.

⁴⁷ Em 1138 compram a Pedro Pais e sua esposa a sua parte em uma terra de Dentazes. No ano seguinte, Monio Osorez doa ao mosteiro de São Salvador de Grijó toda a parte que lhe corresponde em Dentazes. R. Durand, *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI.e-XIII.e Siècles)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1971, docs. 221 e 222. Sobre a relação desta família com o mosteiro de Grijó veja-se José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Os Patronos (...)*.

qual começou a ascensão de seu pai na corte leonesa, pudesse ter sido um momento ideal para Monio regressar a Leão, onde poderia seguir as pisadas do seu progenitor. No entanto, por esta altura já estava casado com Boa Nunes, herdeira da sua família pelo desaparecimento das linhas varonis, e sabia que se converteria na cabeça deste grupo após a morte do seu sogro. Por isso, é possível que, perante este cenário, tenha preferido permanecer em Portugal, onde as suas oportunidades pareciam ser maiores e já estavam plenamente asseguradas.

A sua mulher era filha de Nuno Soares de Grijó, que também se viu favorecido pela aliança com Monio Osorez. Não acreditamos ser fortuito que a primeira participação de Nuno Soares na corte de Afonso Henriques tenha acontecido em 1139, quando já se tinha celebrado o matrimónio da sua filha com Monio, neto da Infanta Elvira, tia do monarca. Na verdade, este enlace fazia parte de uma estratégia que favorecia ambas as famílias: por um lado, Monio casou com uma poderosa herdeira, numa altura em que parecia que seu pai, Osorio Martínez, não teria muitas expectativas em Leão; por sua vez, a família de Grijó conseguia aparentar-se com a monarquia, o que lhe conseguiu um importante aumento de influência na corte⁴⁸.

Entretanto, em 1138, o Conde Osorio deu início à sua ascensão na corte de Afonso VII; mas esta foi efémera, pois apenas uns anos depois começaria a ser afastado das tenências e cargos que lhe tinham sido confiados. O Conde e sua esposa refugiaram-se, em 1146, nas terras de Santa Maria da Feira e Gaia, junto a seu filho. Esta queda em desgraça de Osorio explica por que razão Monio Osorez não se instalou em Leão, onde seu pai sofria, segundo Martínez Sopena, a frustração política e familiar, já que a fidelidade dos seus sobrinhos, os filhos de Pedro Martínez, se tinha esfumado⁴⁹.

As notícias sobre Monio Osorez cingem-se aos dois diplomas portugueses anteriormente citados, o que dificulta a reconstituição da sua biografia. Em Leão não existe qualquer testemunho sobre a sua presença no reino, nem sequer na documentação privada e familiar dos seus irmãos. Embora os seus filhos tenham conseguido um aumento exponencial do seu poder e património em Portugal, o facto de não aparecer junto a seus irmãos em Leão e de não ser documentado com os seus descendentes (os Cabreira e Ribeira) em cronologias posteriores, para além de, apesar da importância económica e estratégica da família da sua esposa, não ter ocupado cargos importantes na corte de Afonso Henriques,

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 123-124. A sua primeira participação na corte data de 1139 e as seguintes de 1142 – cfr. R. Durand, *Le Cartulaire Baio-Ferrado (...)*, docs. 8-10.

⁴⁹ Pascual Martínez Sopena, “El Conde Rodrigo de León (...)”, p. 83.

levam a pensar que talvez tenha falecido jovem e que as suas aspirações não se materializaram.

Teve três filhos com Boa Nunes de Grijó: Paio Moniz da Ribeira, Martim Moniz de Cabreira e Maria Moniz. Martim Moniz de Cabreira casou com Teresa Afonso, uma mulher de ascendência desconhecida, de quem teve: Pedro Martins da Torre, que contraiu matrimónio com Teresa Soares da Silva, dando origem aos Vasconcelos; João Martins *Salsa*, que casou com Urraca Viegas, dando origem aos Alvelo; e Martim Martins de Cabreira, Arcediago de Braga⁵⁰. Segundo os livros de linhagens, Maria Moniz não casou, mas teve uma relação ilegítima e desta procedem os Machado⁵¹.

3.3.1. Paio Moniz da Ribeira

Paio Moniz da Ribeira assumiu a chefia da família em Portugal. A sua primeira participação na política regista-se após a morte de Afonso Henriques, na cúria de seu filho, Sancho I. Aparece em diplomas régios de 1187 e 1188, tendo recebido alguns bens das mãos do monarca⁵². Mas o seu “esplendor” na corte viveu-se a partir de 1199, quando foi nomeado alferes. Em 1200 recebeu a tenência de Lanhoso, que manteve conjuntamente com a alferesia até 1202⁵³. Pouco tempo depois desapareceu da documentação, o que pode indicar que terá falecido por volta desta data.

A rápida ascensão de Paio Moniz pode ser explicada não só pela fortuna da sua família como também, e sobretudo, pelo parentesco que tinha com o soberano, pois eram primos em quarto grau⁵⁴. D. Paio casou com Urraca Nunes de Bragança, de quem teve um filho e duas filhas⁵⁵: Martim Pais, destacado magnate das cortes de Afonso II e de Sancho II e tenente de Lanhoso entre 1222 e 1236, que casou com Maria Pais de Valadares, tendo dado origem aos

⁵⁰ José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais (...)*, vol. II, p. 221 e seguintes e vol. III, Genealogia 4.14.1 – Ribeira-Berredo.

⁵¹ LL53D3.

⁵² Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Pereira, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979, docs. 34 e 35. Doa-lhe casais em Cadima e fá-lo *pro bono servicio quod nobis fecisti et facis*.

⁵³ Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras (ed. policopiada), 1992, vol. II, p. 992 e 1001.

⁵⁴ Vide Esquema Genealógico I.

⁵⁵ LL53A3.

de Berredo⁵⁶; Maria Pais da Ribeira, *a Ribeirinha*, concubina de Sancho I; e outra filha, cujo nome próprio se desconhece.

3.3.2. *Maria Pais da Ribeira, a Ribeirinha: o regresso a Leão*

Maria Pais foi uma mulher de grande peso social nos começos do século XIII, não só em Portugal como também em Leão, devido ao seu parentesco com a realeza e íntima relação com Sancho I e ao posterior matrimónio com Juan Fernández de Limia (I), um dos mais destacados magnates da corte de Afonso IX. Apesar disso, a sua trajectória em terras leonesas e o alcance da política matrimonial que desenhou para seus filhos são, em grande medida, desconhecidos.

A presença na corte lusa de Paio Moniz facilitaria o acesso de sua filha Maria ao círculo régio. D. Paio recebeu a alferesia em 1199, depois da morte da rainha Dona Dulce, e é neste momento que o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* situa o começo de uma relação entre o rei e a jovem *Ribeirinha*⁵⁷ – por volta de 1200 –, que continuaria até à morte do monarca em 1211. Desta relação ilegítima nasceram quatro filhos: Teresa Sanches, que casaria com o castelhano Alfonso Téllez de Meneses, *o Velho*; Gil Sanches, que manteve uma relação com Maria Garcia de Sousa; Constança Sanches; e o poderoso Rodrigo Sanches, que teria uma união concubinária com Constança Afonso de Cambra.

Maria Pais da Ribeira, segundo o nobiliário do Conde D. Pedro, foi raptada por Gomes Lourenço de Alvarenga quando regressava de Coimbra, com seus filhos e seu irmão, depois de ter dado sepultura a Sancho I⁵⁸. O texto narra como D. Gomes atacou a *Ribeirinha* e seu irmão Martim Pais e a “*filhou por força em Avelãs (...) E levola para terra de Leom*”. D. Martim informou o novo monarca português, Afonso II, que o enviou à corte leonesa para que fizesse uma acusação formal e libertasse a sua irmã Maria, que possivelmente se encontrava na terra de Toroño, onde o Alvarenga tinha parentes; Martim Pais e Maria apresentaram o caso a Afonso IX em Castelo Rodrigo⁵⁹. Provado o rapto, D. Gomes pediu perdão e jurou casar-se com Maria Pais; no entanto, esta negou-se a casar com o seu agressor, pediu vingança e Afonso IX ordenou

⁵⁶ José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais (...)*, vol. II, p. 227-228.

⁵⁷ LL7C1-2-3.

⁵⁸ LL36BN9.

⁵⁹ A narrativa indica que o rei de Leão era Fernando II, mas é um erro, já que em 1211 o monarca era Afonso IX.

a sua morte⁶⁰. Apesar da sua artificialidade, esta narrativa transmite importantes informações que ganham sentido ao analisar o parentesco que a *Ribeirinha* tinha com o monarca leonês e com alguns dos principais magnates da sua corte por volta de 1211. Para além de parente de Fernando Fernandes de Bragança⁶¹, alferes real, era prima de Rodrigo Pérez de Villalobos⁶², o que explica o seu fácil acesso à corte e que pudesse apelar directamente ao monarca. Estes podem ter constituído uma importante rede de apoio na corte leonesa para a antiga concubina de Sancho I, bisneta de Teresa Fernández e Osorio Martínez.

Depois da relação com Gomes Lourenço, Maria Pais casou com Juan Fernández de Limia (I). Desconhece-se o momento exacto e as circunstâncias em que contraíram matrimónio, mas é provável que se tenham conhecido na corte de Sancho I, onde Juan Fernández foi *dapifer*, e que tenham entrado em contacto novamente na cúria de Afonso IX, onde, aproveitando a situação e estatuto de Dona Maria, acertaram uma nova união fortalecedora da posição política e social conjunta das suas parentelas, dado que este enlace não foi a primeira aliança entre estes dois grupos familiares. Constanza Osorio, tia-avó de Maria Pais, tinha casado com Pedro Arias, tio de Juan Fernández, em torno de 1160⁶³. Desta forma, D. Juan unia-se a uma mulher de ascendência real, com quem também mantinha um parentesco afastado, pois ambos descendiam de Afonso VI⁶⁴. O parentesco com os reis de Portugal era muito próximo em ambos os casos: D. Juan era primo em segundo grau de Sancho I e, em terceiro grau, do seu sucessor, Afonso II, tendo, para além disso ocupado destacados cargos na sua corte e na de Sancho II⁶⁵; a *Ribeirinha*, por seu lado, também era

⁶⁰ Sabe-se que este desenlace não é verídico, visto que Gomes Lourenço ainda estava vivo no reinado de D. Sancho II (cfr. José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais (...)*, vol. I, p. 466).

⁶¹ Dona Maria era filha de Urraca Nunes de Bragança.

⁶² Rodrigo Pérez de Villalobos era filho de Pedro Arias e de Constanza Osorio, irmã de Monio Osorez, avó da *Ribeirinha*.

⁶³ Pedro Arias era filho do galego Arias *Calvo* e tinha casado, em segundas núpcias, com Constanza Osorio. Seu irmão Fernando Arias encetou matrimónio com Teresa Vermúdez de Traba e desta união nasceu Juan Fernández de Limia (I), o marido de Maria Pais da Ribeira.

⁶⁴ Maria Pais descendia da Infanta Elvira, irmã de Teresa de Portugal, que era mãe de Urraca Henriques, avó de Juan Fernández de Limia.

⁶⁵ Sobre os Limia veja-se José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “Os Limas: da Galiza a Giela (séc. XII a XV)”, in *Actas do 2º Congresso Internacional Casa Nobre – Um Património para o Futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2011, p. 53-74 (sobre este caso específico, p. 62).

parente do seu amante real, visto ser bisneta de uma prima, por via materna, de Afonso Henriques⁶⁶.

Do matrimónio com Juan Fernández nasceram três filhos: Gonzalo Yáñez, que desposou Juana Rodríguez de Castro; María Yáñez, que casou com Alfonso Téllez de Córdoba (Telléz de Meneses); e Teresa Yáñez, que foi mulher de Mem Garcia de Sousa⁶⁷.

Neste contexto, é necessário determo-nos na análise dos matrimónios dos filhos de Maria Pais, pois clarificam a sua estratégia familiar e a sua importância social, não só em Portugal, onde se aparentaram com os Sousa, como também em Leão e Castela, onde estreitaram laços com as principais famílias aristocráticas da Terra de Campos, graças à ascendência de sua mãe que, sem dúvida alguma, era conhecida neste território⁶⁸.

Dos filhos nascidos com o rei de Portugal, a que teve maior projecção na sociedade leonesa e castelhana foi Teresa Sanches. Contraiu matrimónio, antes de Julho de 1212, com Alfonso Téllez de Meneses, *o Velho*, com quem teve quatro filhos: Juan Alfonso de Albuquerque, Martín Alfonso, Alfonso Alfonso *Tizón* e María Alfonso, Abadessa de Gradefes. Esta aliança matrimonial não é de estranhar, pois os interesses dos Flaínez na Terra de Campos se enredavam com os dos Téllez de Meneses. Antes deste, já se tinha celebrado um matrimónio entre estas famílias: Gontrodo García, neta de Pedro Martínez⁶⁹, tinha casado com Tello Pérez de Meneses. Talvez por isso se tenha reforçado esta aliança, através dos filhos da *Ribeirinha*, com um novo matrimónio entre a filha tida com Juan Fernández de Limia, María Yáñez, e Alfonso Téllez de Córdoba⁷⁰ (filho do primeiro casamento de Alfonso Téllez, *o Velho*, com Elvira Rodríguez Girón). Desta forma, desenhou-se uma dupla união através do casamento entre duas irmãs com pai e filho⁷¹. O matrimónio entre Alfonso e María Yáñez teve uma destacadíssima descendência: a sua filha Mayor casou com o Infante Alfonso de Molina, irmão de Fernando III, e seria mãe da ilustríssima Rainha María de Molina, mulher de Sancho IV, mãe de Fernando IV e avó de Afonso XI.

⁶⁶ Veja-se o Esquema Genealógico I.

⁶⁷ José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “Os Limas (...)”, p. 63.

⁶⁸ Veja-se o Esquema Genealógico IV.

⁶⁹ Gontrodo García era filha de García Pérez, um dos filhos de Pedro Martínez, irmão do Conde Osorio Martínez.

⁷⁰ Deste matrimónio nasceram quatro filhos: Alfonso, Rodrigo, Teresa e Mayor Alfonso.

⁷¹ O facto de serem irmãs por via materna faz sobressair o facto de que a sua valia nos jogos de interesses territoriais no espaço *terracampino* lhe tinha sido dada pela linha feminina, e não pela sua condição de descendentes de Sancho I ou de Juan Fernández de Limia.

A irmã de María Yáñez, Teresa Yáñez, casou com o português Mem Garcia de Sousa, de cuja união nasceu Maria Mendes de Sousa, que se converteu na consorte de Martín Alfonso, filho de Afonso IX e de Teresa Gil de Soverosa. Portanto, uma filha e uma neta da *Ribeirinha* casaram com dois irmãos de Fernando III, fortalecendo assim ainda mais o seu parentesco com a monarquia castelhana-leonesa.

O matrimónio de Gonzalo Yáñez (I) com Juana Rodríguez de Castro também reforçou o parentesco já existente entre ambas as famílias, visto que esta era neta de Tegrídia Martínez, uma irmã do Conde Osorio Martínez⁷².

Analisados os principais ramos, pode-se vislumbrar uma estratégia matrimonial que possui uma marcada tendência endogâmica dentro de um círculo de três famílias: Téllez de Meneses, Castro e Limia. As alianças com os Téllez e Castro podem ser explicadas pela proximidade de interesses territoriais na Terra de Campos; da mesma forma como os enlances com os Limia se podem compreender, em primeiro lugar, pelo seu parentesco com a monarquia leonesa e portuguesa e, em segundo, pela sua influência na fronteira entre Portugal e a Galiza, onde os Castro também detinham poder e propriedades.

3.4. Os outros filhos de Osorio e Teresa e sua descendência

Depois de analisar a destacadíssima linha de descendência de Monio Osorez, reconstruiremos a de alguns dos seus irmãos – pois geraram nos séculos finais da Idade Média as linhagens dos Marqueses de Astorga, Condes de Trastâmara, Lemos e senhores de Cabrera y Ribera –, de forma a explicar o anacronismo cometido pelo Conde D. Pedro de Barcelos na reconstituição das origens desta parentela.

Como já se referiu, os restantes filhos do Conde Osorio Martínez e de Teresa Fernández foram Gonzalo, Constanza, Jimena, Rodrigo, Fernando, Aldonza, Elvira e Sancha Osorio. Constanza foi casado em primeiras núpcias com Rodrigo Fernández de Castro, que a repudiou em 1158; posteriormente encetou matrimónio com Pedro Arias, por volta de 1160, tendo nascido desta união Rodrigo Pérez de Villalobos. Este Rodrigo Pérez casou com Teresa Froilaz, filha de Froila Ramírez. Foi alferes de Leão, entre 1208 e 1211, e também teve um grande poder territorial como tenente da Estremadura, Transierra, Bierzo,

⁷² Fernando Rodríguez de Castro, neto de Tegrídia Martínez, casou com Constanza Osorio, filha do Conde Osorio.

Astúrias, Zamora, etc⁷³. Rodrigo foi senhor de Villalobos, mas parece que não teve descendência, já que este título de Villalobos se transmitiu aos seus primos, os filhos de Gonzalo Osorio.

Jimena Osorio casou com Rodrigo Gutiérrez Girón, pertencente a uma das grandes famílias castelhanas, mas não tiveram descendentes⁷⁴. Sobre Sancha Osorio não existem muitos dados, apesar de estar documentada em diplomas familiares⁷⁵. A sua irmã Aldonza foi Abadessa do mosteiro de Santa María de Carvajal⁷⁶. Elvira Osorio casou três vezes: a primeira com Munio Fernández, a segunda, em 1168, com um parente de seu pai, o Conde Ramiro Froilaz e, depois de enviuar, com Gutierre Rodríguez de Castro⁷⁷.

Entre as filhas do Conde Osorio e de Teresa Fernández a memória da sua avó, a Infanta Elvira, ainda estava muito viva, pois várias pediram para serem enterradas em Sahagún, junto ao seu sepulcro⁷⁸.

Quanto aos seus irmãos, parece que alguns deles morreram ainda jovens. Assim, Rodrigo Osorio faleceu antes de 1141 e foi sepultado em Santa María de Aguilar⁷⁹ e Fernando Osorio desapareceu antes de 1170.

Gonzalo Osorio foi senhor de Villalobos desde 1173, quando lhe deu foral conjuntamente com a sua irmã Constanza. Para além disso, ocupou a mordomia real entre 1176 e 1178, foi tenente de Mayorga e Valderas entre 1175 e 1178, e de Zamora em 1177. Morreu por volta de 1187⁸⁰. A descendência de Gonzalo foi grande, já que se documentam seis filhos: Osorio, Fernando, Pedro, Gonzalo, Petrona e María González, que foi monja no mosteiro de Santa María de Carvajal⁸¹.

⁷³ Inés Calderón Medina, *Cum Magnatibus Regni Mei: La Nobleza y la Monarquía Leonesas Durante los Reinados de Fernando II y Alfonso IX (1157-1230)*, Madrid, CSIC, 2011, p. 514.

⁷⁴ Andrés Barón Faraldo, *Grupos y Dominios Aristocráticos en la Tierra de Campos Oriental: Siglos X-XIII*, Palencia, Diputación Provincial de Palencia, 2006, p. 178.

⁷⁵ Santiago Domínguez Sánchez, *Colección Documental del Monasterio de Santa María de Carvajal (1093-1461)*, León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2000, doc. 87. Teve várias propriedades nas terras familiares que, em 1206, foram entregues ao seu sobrinho Rodrigo Pérez de Villalobos.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, doc. 93.

⁷⁷ Cfr. Inés Calderón Medina, *Cum Magnatibus Regni Mei (...)*, p. 107-111.

⁷⁸ Constanza Osorio assinou um convénio em 1192 com os monges de Sahagún, para receber sepultura neste mosteiro. A sua irmã Jimena Osorio, em 1210, acertou com eles ser sepultada “*in capitulo fratrum, circa auiam tuam infantem Geluiram, sepultura tradat.*” – José Antonio Fernández Flórez, *Colección Diplomática (...)*, docs. 1464 e 1548.

⁷⁹ Jaime de Salazar y Acha, “Los Osorio (...)”, p. 157.

⁸⁰ Inés Calderón Medina, *Cum Magnatibus Regni Mei (...)*, p. 161.

⁸¹ Margarita Torres Sevilla-Quiñones de León, *Los Linajes Nobiliarios (...)*, p. 151.

Depois da morte de Rodrigo Pérez de Villalobos, o título de Villalobos recaiu nos filhos do seu primo Fernando González; a filha deste, Teresa Fernández, casou com Gil Manrique de Manzanedo, que já era senhor de Villalobos em 1221⁸². Após a sua morte, os seus descendentes continuariam à frente de Villalobos⁸³.

Osorio González, que confirma vários diplomas na cúria de Afonso VIII entre 1198 e 1203, teve, de uma mulher de nome desconhecido, três filhos: Gonzalo Osorio (II), Urraca Osorio e Rodrigo Osorio (II), que casaria com Elvira Fernández. Deste matrimónio nasceram Álvar Rodríguez Osorio (I) e Rodrigo Rodríguez Osorio, que participou na conquista de Sevilha e, entre 1273 e 1277, foi adiantado e meirinho-mor da terra de Leão e tenente das Torres de Leão⁸⁴. O seu filho Álvar Rodríguez Osorio (II), que casou com Elvira Núñez, recebeu de Sancho IV, em 1285, o reguengo de Fuentes de Ropel⁸⁵.

Um dos filhos nascidos de Álvar Rodríguez Osorio e de Elvira Núñez, Álvar Núñez Osorio, foi um dos principais validos de Afonso XI. A sua ascensão na corte foi fulgurante: foi adiantado-mor da fronteira entre 1325 e 1328, meirinho-mor nas terras de Leão e Astúrias, “justicia mayor” da casa d’el-rei e recebeu deste os condados de Trastámara, Lemos e Sarria e foi senhor de Cabrera y Ribera. Mas caiu em desgraça e foi mandado executar pelo monarca em 1328⁸⁶.

Juan Álvarez Osorio, irmão de Álvar Núñez Osorio, casou com María Fernández de Biedma. Foi adiantado-mor do reino de Leão durante a menoridade de Afonso XI e nos primeiros anos do seu reinado, mais precisamente, entre 1314 e 1320⁸⁷. Um dos filhos deste matrimónio, Pedro Álvarez Osorio (I), casaria com María Rodríguez de Villalobos, filha de Ruy Gil de Villalobos,

⁸² José María Fernández Catón, *Colección Documental del Archivo de la Catedral de León (775-1230)*, VI (1188-1230), León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1991, doc. 1903.

⁸³ Seria seu filho Ruy Gil de Villalobos, que casou com María de Haro. Desta união nasceu o seguinte senhor de Villalobos, Gil Ruy de Villalobos, pai de Ruy Gil de Villalobos (II) e avô de Fernán Rodríguez de Villalobos, que casou com Inés de la Cerda.

⁸⁴ Jaime de Salazar y Acha, “Los Osorio (...)”, p. 160. Cristina Jular Pérez-Alfaro, *Los Adelantados y Merinos Mayores de León (siglos XIII-XV)*, León, Junta de Castilla y León, Universidad de León, 1991, p. 191-193.

⁸⁵ José Manuel Ruiz Asencio, José Antonio Martín Fuertes, *Colección Documental del Archivo de la Catedral de León, IX (1269-1300)*, León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1994, doc. 2457.

⁸⁶ Salvador de Moxó, “La Sociedad Política Castellana en la Época de Alfonso XI”, in *Cuadernos de Historia de España*, 6 (1975), p. 187-326.

⁸⁷ Cristina Jular Pérez-Alfaro, *Los Adelantados (...)*, p. 245-246.

e deles descendem os Marqueses de Astorga⁸⁸. O seu outro filho, Álvaro Rodríguez Osorio (III), casou com María Fernández de Sandoval; deles nasceu Pedro Álvarez Osorio (II), *el bueno*, que se tornaria senhor hereditário de Cabrera y Ribera por mercê de João I de Castela, concedida em 5 de Outubro de 1388. Do seu matrimónio com Constanza de Valcárcel descendem os Condes hereditários de Lemos⁸⁹.

Até aqui expusemos a nossa proposta de reconstituição, de forma a esclarecer o emaranhado genealógico presente nas mentes do Conde D. Pedro e dos refundidores do seu nobiliário, justificador da atribuição do topónimo Cabrera y Ribera, senhorio hereditário apenas conseguido no século XIV, à família que lhe deu origem no século XII.

4. Conclusões

Como tem vindo a ser destacado, a chave para a identificação das origens leonesas dos senhores de Cabreira e Ribeira está na percepção de como o Conde D. Pedro procurou projectar num passado distante características que resultam do desenvolvimento histórico das linhagens até aos seus dias.

Apresentados os factos, sabemos agora, com uma margem mínima de dúvida, que o pai de Monio Osorez era o Conde Osorio Martínez e que a evolução da sua descendência leonesa a levou a implantar-se nas terras ocidentais do reino de Leão e na Galiza onde, com o avançar do tempo, criaram grandes casas e senhorios hereditários. No entanto, no século XII, este processo ainda estava longe de se concretizar. De facto, Osorio Martínez nunca utilizou o apelido de Cabrera y Ribera, nem sequer o domínio da sua família neste espaço era exclusivo. Daqui provém a complexidade do anacronismo cometido pelo Conde D. Pedro.

Apesar de tudo, a utilização do apelido Ribeira pelos seus descendentes portugueses deixa vislumbrar a importância da sua vinculação a esta região leonesa e, especialmente, à sua condição de descendentes de Jimena Muñiz e Afonso VI. Dadas as circunstâncias, é fácil imaginar a forma como este sobrenome situava Paio Moniz e os seus dentro da cúspide da aristocracia portuguesa e leonesa, destacando os vínculos sanguíneos que os uniam à realeza e a alguns dos principais magnates de ambos os reinos.

Neste contexto, a vida da *Ribeirinha* alcança dimensões verdadeiramente paradigmáticas. Esta descendente de Afonso VI teve a oportunidade de mesclar

⁸⁸ Veja-se o Esquema Genealógico II.

⁸⁹ Jaime de Salazar y Acha, “Los Osorio (...)”, p. 162.

o seu sangue com Sancho I e, através do seu matrimónio com Juan Fernández de Limia (I), gerar uma linha que desembocaria em Afonso XI e seus filhos. Na verdade, o brilho dos ramos dos Cabreira e Ribeira (Vasconcelos, Alvelo, Machado e Berredo) empalidece em comparação com o fulgor dos Osorio e da prole de Maria Pais da Ribeira em terras leonesas e castelhanas.

Por outro lado, a descoberta das origens leonesas e régias dos senhores de Cabreira e Ribeira ajuda a relativizar o peso do contingente galego na estrutura da corte portuguesa dos alvares da nacionalidade. Mas, e apesar disso, gozariam do mesmo estatuto político e social que muitas destas famílias galegas, com as quais partilhavam algumas características. Tal como os Trava, os Barbosa ou os Limia, os Cabreira e Ribeira tinham também fortes laços de parentesco com a família real portuguesa e leonesa que, como aqueles, estreitavam através de novas alianças com outras parentelas a elas vinculadas. Estes laços familiares com a monarquia também eram reforçados através de novas relações sociais com os poderes aristocráticos galego-portugueses, recorrendo em muitos casos a uma política matrimonial centrada na fronteira galega ou no ocidente leonês. Para além disso, na sua procura de novas oportunidades de promoção social, apresentam os mesmos sinais de mobilidade geográfica.

Em certa medida, a decisão de Osorio Martínez e da sua mulher de situar o seu primogénito na região portugalense resultou da conjugação de três factores distintos: da certeza de que o parentesco com a família reinante o colocaria, conjuntamente com a sua prole, na cúpula da elite aristocrática; da ideia de que esta migração poderia permitir que este ramo escapasse à dependência do Conde Rodrigo Martínez; e da percepção, algo generalista, de que Portugal, como qualquer espaço de fronteira dinâmico, poderia oferecer oportunidades de aquisição de novas terras e de aumento do prestígio social.

Porém, a identificação desta linha de descendência do Conde Osorio em terras portuguesas, representada por Monio Osorez, alcança uma enorme transcendência, já que, e apesar da distância e da falta de referências documentais sobre contactos directos entre os Osorio castelhano-leoneses e os Ribeira, se verificou a existência de uma tendência para a formação de um círculo endogâmico entre os Flaínez-Osorio-Cabreira e Ribeira e os Castro, Meneses e Limia. Nesta conjuntura, Maria Pais da Ribeira adquire uma importância fundamental, como pilar central desta rede de alianças, que favorecia o posicionamento cortesão, em Portugal e Leão, dos dois ramos e que, para além disso, fortalecia a sua implantação territorial em duas zonas estratégicas: a fronteira galego-portuguesa e a Terra de Campos.

No fundo, esta conjugação de esforços e estratégias entre os distintos ramos da família prova a existência de uma densa rede sociofamiliar e de

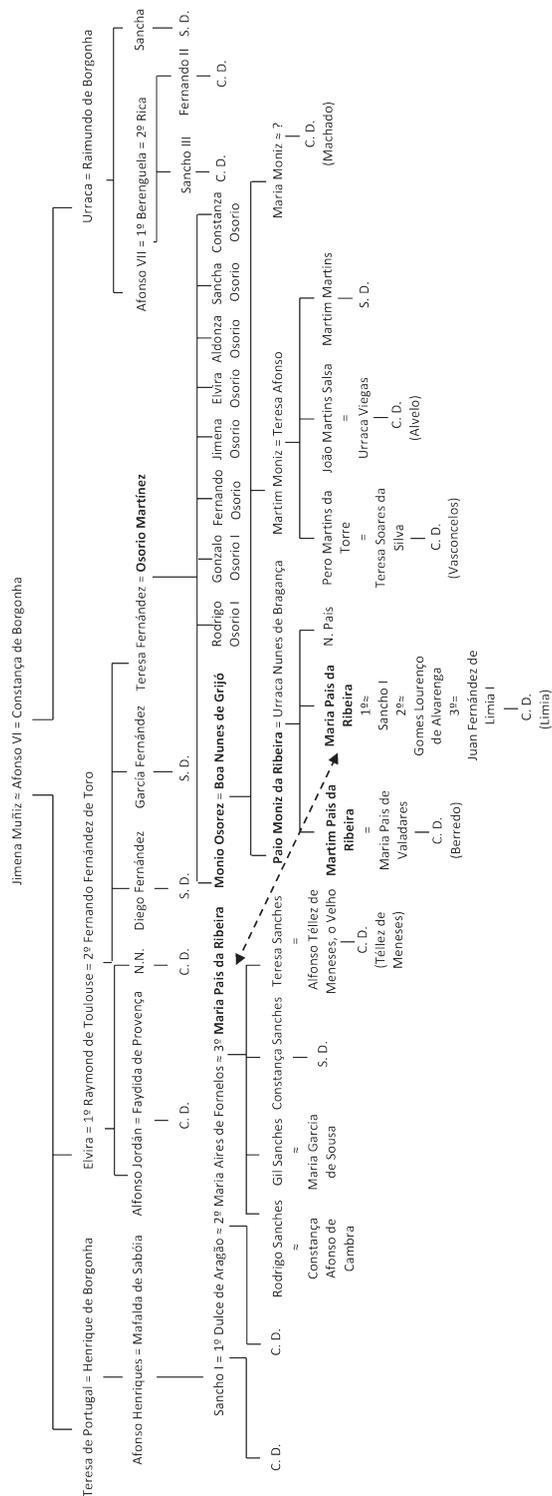
interesses dentro do Ocidente peninsular, que facilmente transcendia qualquer condicionante político, administrativo ou geográfico. O grupo de famílias aristocráticas aparentadas com as monarquias descendentes de Afonso VI constituiu o círculo de poder mais próximo dos seus reis. O sangue real assemelhava-se a uma artéria transfronteiriça, que permitia a comunicação entre as distintas elites, soberanos e reinos ibéricos.

Quando iniciámos este trabalho, onde apenas se pretendia identificar o misterioso Conde Osório de Cabreira e Ribeira, não suspeitávamos a magnitude que este alcançaria. Identificá-lo como Osorio Martínez permitiu-nos descobrir a causa da transcendência peninsular da sua descendência. Desde cedo compreendemos que estávamos perante um grupo familiar onde a ascendência régia constituía um factor central. Porém, o excepcional deste facto é que este sangue real procedia de uma linha feminina e, também, ilegítima, o que deixa a descoberto a importância da transmissão do poder por esta via, muitas vezes ignorada nas sociedades de tendência cognática. Este exemplo demonstra uma vez mais que, durante a Idade Média central, factores como a bastardia, a condição feminina, ou a ordem de nascimento, não travavam a fluidez com que o poder e o estatuto se transmitiam às gerações seguintes na cúspide da pirâmide social.

Recebido em/Text submitted on: 15/02/13

Aceite em/Approved on: 10/05/13

Esquema I



Esquema III

